

	<b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa	
<b>Despacho</b>	NP: uh4pfqqb <b>SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS</b> 19/11/2025 Projeto de lei nº 1854/2025 Protocolo nº 12163/2025 Processo nº 3718/2025	
<b>Autor:</b> Dep. Valmir Moretto		

**Dispõe sobre a proteção do consumidor vulnerável e estabelece regras para a vedação da interrupção de serviços públicos essenciais de energia elétrica, água e gás no âmbito do Estado de Mato Grosso.**

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º** Esta Lei estabelece normas de proteção ao consumidor em situação de extrema vulnerabilidade econômica, residente no Estado de Mato Grosso, no que concerne à interrupção da prestação de serviços públicos essenciais de energia elétrica e água/saneamento básico, por inadimplemento.

**Parágrafo único.** Os serviços de gás canalizado seguirão a regulamentação específica, aplicando-se esta Lei no que couber, desde que a concessão seja de competência estadual.

**Art. 2º** Para os fins desta Lei, considera-se Consumidor em Vulnerabilidade Superveniente o titular da unidade consumidora que comprove ter ingressado com pedido de benefício junto ao INSS em razão da perda ou drástica redução de sua renda principal e que a análise deste pedido se encontra pendente.

**Art. 3º** Fica vedada a interrupção dos serviços essenciais definidos no Art. 1º em desfavor do Consumidor em Vulnerabilidade Superveniente, durante o Período de Proteção, mediante a apresentação da seguinte documentação à concessionária:

I - Comprovação de que a unidade consumidora é a residência habitual do requerente;

II - Comprovante de protocolo de requerimento de benefício previdenciário ou assistencial junto ao INSS

II - Declaração, sob as penas da lei, de que a renda familiar atual é insuficiente para a quitação das faturas, devido ao evento motivador do pedido de benefício.

	<p><b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa</p>	
---	--	---

**Art. 4º** Findo o Período de Proteção, o débito acumulado deverá ser objeto de negociação obrigatória com o consumidor, com a oferta de um Plano Especial de Parcelamento (PEP).

**Parágrafo único.** O PEP deverá observar os critérios de razoabilidade e capacidade contributiva do consumidor, não podendo as parcelas comprometerem mais do que 30% (trinta por cento) do valor do benefício previdenciário ou assistencial líquido recebido.

**Art. 5º** O descumprimento desta Lei sujeitará a concessionária às penalidades administrativas de multa, sem prejuízo das sanções previstas na legislação consumerista e da responsabilidade civil cabível.

**Parágrafo único.** Caberá ao órgão estadual de proteção e defesa do consumidor (PROCON) e à agência reguladora estadual (quando for o caso dos serviços) a fiscalização do cumprimento desta Lei.

**Art. 6º** O Poder Executivo Estadual, por meio dos órgãos competentes, regulamentará o Plano Especial de Parcelamento (PEP), em consonância com as normas federais e estaduais aplicáveis.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa aprimorar a legislação estadual de proteção e defesa do consumidor, conforme a competência concorrente estabelecida no Artigo 24, V, da Constituição Federal, garantindo a dignidade da pessoa humana e o mínimo existencial em situações de comprovada e momentânea vulnerabilidade econômica.

É dever do Estado proteger o cidadão contra os abusos e as situações de extrema carência. Este projeto nasce da constatação de que milhares de famílias no Estado de Mato Grosso são submetidas a uma crise humanitária secundária à demora administrativa na análise de pedidos de benefícios vitais do INSS (como auxílio-doença, aposentadoria por invalidez ou BPC).


O requerente, que já sofre com a perda repentina ou drástica redução de sua renda por motivo de saúde ou incapacidade, fica sem condições de quitar as faturas de serviços essenciais, como energia elétrica, água e gás. O corte desses serviços, nesse contexto, transforma a espera por um direito previdenciário em uma violação da dignidade e pode gerar sérias consequências à saúde pública e à segurança familiar.

Embora a matéria previdenciária seja federal, a relação entre a concessionária de serviço público e o consumidor é regida pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC) e pela legislação estadual de proteção. A lei proposta atua exatamente neste ponto, estabelecendo uma norma protetiva:

- Evita o Abuso: A interrupção de um serviço essencial, como instrumento de cobrança, torna-se abusiva e desproporcional quando a inadimplência é causada por um evento de força maior (incapacidade) e agravada pela lentidão de um sistema público (o INSS).

- Garante o Mínimo Existencial: A vedação temporária do corte visa assegurar as condições mínimas de sobrevivência e moradia, um direito fundamental garantido pela Constituição.

A medida proposta não implica em perdão da dívida ou em onerosidade excessiva às concessionárias, preservando o equilíbrio econômico-financeiro das concessões. O projeto oferece uma solução justa e sustentável:

	<b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa	
---	--	---

- Prazo de Carência Justo: O corte é apenas suspenso até que o requerente receba o benefício e tenha 90 dias para reestruturar suas finanças.

- Quitação Garantida: Após o restabelecimento da renda, o débito é objeto de um Plano Especial de Parcelamento (PEP), com limite máximo de 30% da renda líquida do benefício, garantindo que o consumidor consiga pagar sem entrar em um novo ciclo de endividamento.

Dessa forma, o Estado de Mato Grosso cumpre seu papel de mediador e protetor do seu cidadão mais vulnerável, exigindo das concessionárias a responsabilidade social de aguardar o pagamento até que o próprio Estado (via INSS) restabeleça a fonte de renda do consumidor.

A aprovação desta Lei fortalecerá os direitos do cidadão e reafirmará o compromisso desta Assembleia Legislativa com a Justiça Social no âmbito estadual.

Edifício Dante Martins de Oliveira  
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 18 de Novembro de 2025

**Valmir Moretto**  
Deputado Estadual